

A DISSOLUÇÃO DAS FRONTEIRAS DE SEXO

COLETTE ST. HILAIRE *

Université du Québec à Montréal - UQAM

O DISPOSITIVO DA DIFERENÇA DOS SEXOS

A mídia alternativa, a cultura popular e as publicações científicas tem sido o terreno de emergência - ou a *mise en scène* - nos últimos anos - da ambiguidade e da marginalidade sexuais. Veja-se a popularidade de filmes como *The crying Game* ou *Priscilla Queen of the Desert*, cujos personagens principais eram travestis e transexuais; *Ellen*, cuja estrela efetuou seu *coming out* nas horas de maior audiência da televisão norte-americana ou as aventuras dos jovens *gays* de Manchester, seguidas pelo grande público na Inglaterra e mais recentemente no Canadá. Combinada aos questionamentos filosóficos surgidos em torno dos fundamentos da identidade e as incertitudes criadas pela tecnociência quanto à definição do próprio sujeito humano, esta proliferação de figuras sexuais não conven-

* Colette St-Hilaire é socióloga e professora do Colégio Édouard-Montpetit au Québec, professora igualmente na Universidade du Québec à Montréal (Canadá). Doutora em Ciência Política pela Université du Québec à Montréal, fez seu pós-doutorado na Université d'Ottawa. Há cerca de dez anos pesquisa no campo de Estudos Feministas e do desenvolvimento internacional. Interessa-se atualmente à questão das identidades sexuais. Dentre suas numerosas publicações podemos indicar : *Quand le développement s'intéresse aux femmes. Le cas des Philippines*, Paris, L'Harmattan, 1995; «Crise et mutation du dispositif de la sexualité. l'éclatement de la catégorie sexe», dans Diane Lamoureux (dir.), *Les limites de l'identité sexuelle*, Montréal, Les Éditions du Remue-ménage, 1998; «Le paradoxe de l'identité et le devenir-queer du sujet», *Recherches sociologiques*, Université catholique de Louvain (Belgique), numéro 3, 1999, p. 23-42.

Tradução: Tania Navarro Swain (Universidade de Brasília).

cionais desestabiliza a categoria sexo, uma estabilidade, aliás, relativa, como testemunham as transformações correntes nas relações sociais dos sexos.

Alguns gostariam de ver nesta tendência um modismo passageiro, assegurando-se assim, de um retorno futuro à ordem. Mas e se assim não fosse? Se alguma coisa estivesse se produzindo, algo como a mudança de um dispositivo fundado na naturalização da diferença dos sexos, na dominação masculina e na heterossexualidade compulsória? É a hipótese que sugiro, uma hipótese inquietante para muitos, que percebem a fragilização dos marcos da diferença dos sexos como uma ameaça para as mulheres, ou mesmo uma perigosa deriva para a psicose coletiva. Por minha parte, prefiro nisso ver um convite a interrogar nossas certezas mais caras sobre o gênero e o sexo, a observar com acuidade as diversas transformações em curso, a uma abertura para o que Giles Deleuze chama o atual, o “torna-se outro” de nossa cultura, para analisar suas possibilidades e questões, particulares, no caso que me interessa, para as mulheres e o feminismo.

Sugerir a mutação do dispositivo da diferença dos sexos, o que isto significa? O dispositivo, conceito elaborado por Michel Foucault para estudar a sexualidade, poderia se definir como um conjunto heterogêneo de discursos, de instituições, de práticas e procedimentos, um conjunto atravessado por relações de poder, no qual os indivíduos e as coletividades são constituídos em objetos, sobre os quais se intervém, e em sujeitos, que se pensam em relação às categorias do dispositivo. Um dispositivo, segundo Foucault, coloca-se no lugar para responder a uma certa urgência, quando as condições históricas o tornam possível.

O conceito de dispositivo seria um instrumento metodológico que permitiria a percepção das relações entre saber, poder e subjetividade em um dado objeto histórico, a sexualidade. Invertendo o que chama de hipótese repressiva, ou seja, a idéia de um sexo natural, anterior ao social e aprisionada neste coerção, Foucault analisa como, historicamente, começou-se a falar de sexo; como as disciplinas científicas produziram a verdade do sexo e como as instituições médicas, pedagógicas e outras substituíram-nas, por meio de procedimentos destinados a normalizar os corpos sexuados; como o sexo tornou-se uma questão política, como o Estado investiu o sexo dos

A DISSOLUÇÃO DAS FRONTEIRAS DE SEXO

cidadãos para gerir as populações no contexto de um capitalismo ascendente, isto é, como os sujeitos foram, ao mesmo tempo, constituídos e assujeitados em um movimento de produção de seu ser sexuado. Foucault insiste em falar de produção da sexualidade:

(...) não se pode concebê-la como uma espécie de dado natural que o poder tentaria dominar, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, aos poucos, desvelar. É o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não uma realidade subjacente sobre a qual se exerceriam as pressões difíceis, mas a grande rede de superfície onde o estímulo dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação de conhecimentos, o reforço dos controles e resistências, se encadeariam uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.(...)¹

Como escreveu Gilles Deleuze², o dispositivo da sexualidade é “uma máquina de fazer ver e fazer falar”, uma máquina que faz nascer o objeto sexo, um objeto que não existiria sem ela.

Pensar a diferença de sexos como um dispositivo- o que Foucault não fez- é dizer que o saber sobre a diferença dos sexos, o que se diz e o que se vê neste campo, não está jamais em exterioridade em relação ao poder. É dizer, igualmente, que as teorias biológicas, antropológicas, psicanalíticas e mesmo feministas sobre a diferença dos sexos são estratégias de poder, articulando-se a instituições, tais como a família, ou à heterossexualidade compulsória que as atualizam; significa também que tanto umas quanto as outras estão em ressonância, reforçando-se ou fragilizando-se mutuamente, em um jogo de forças sempre em trânsito, cujo resultado é a produção da diferença dos sexos.

Por outro lado, pensar a diferença dos sexos como um dispositivo implica determo-nos sobre a função normativa, reguladora da diferença dos sexos; implica, da mesma forma, refletirmos sobre as condições que a tornaram possível, de voltar à sua função estratégica, à urgência que a faz nascer: seria ela, em uma dada época, a urgência de estruturar a vida social, de organizar a reprodução da vida? Esta urgência seria a mesma de hoje? Transformações como o trabalho das mulheres e a conquista do controle da fecundidade, o desenvolvimento de tecnologias biológicas ou ainda o das

tecnologias de informação não modificaram radicalmente a organização da vida social?

Como assinalava Gayle Rubin em 1975, o dispositivo da diferença dos sexos, se serviu para organizar a sociedade, não estaria simplesmente organizando e reproduzindo a si mesmo.³ No contexto atual, estudar o dispositivo da diferença dos sexos já não seria estudar “o que cessamos de ser, aos poucos?”⁴ « Dispositivo » significa também produção de sujeitos, pois a identidade articula-se com as categorias ali geradas: homens, mulheres, heterossexuais, homossexuais e assim por diante. Mas estes sujeitos sexuais são instáveis: sempre constituídos na encruzilhada da vários dispositivos, sempre em excesso em relação ao que os produz, sempre escapulindo, constituindo-se em mais-valia do dispositivo.⁵

Daí sua possibilidade de criação, de fala, de trânsito. Em *The Psychic Life of Power*, Judith Butler sustenta que se o sujeito se forma na atualização das matrizes do poder, estas não saem intactas deste movimento: “Ao contrário, sendo assumido, o poder funciona com o risco de tomar outra forma e direção”⁶ Com efeito, basta um olhar sobre as publicações dos últimos anos ou de navegar na Internet, para constatar a proliferação dos sujeitos sexuados que não se acomodam às categorias reconhecidas de diferença de sexos. Isto significa que o dispositivo possui um certo “sabor de novidade”:

(...) Todo dispositivo define-se assim por sua carga de novidade e criatividade, que marca ao mesmo tempo sua capacidade de se transformar, ou de se fender em favor de um dispositivo futuro, a menos que haja um retorno de forças sobre as linhas mais duras, mais rígidas ou mais sólidas. Enquanto escapam às dimensões do saber e do poder, as linhas de subjetivação parecem particularmente capazes de traçar os caminhos da criação, que não cessam de abortar, mas também de serem retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo. (...)⁷

É este conteúdo de novidade e de criatividade que me interessa e que tento captar, formulando a hipótese da mudança do dispositivo da diferença dos sexos.

HISTÓRIA DO SEXO E DO GÊNERO

Segundo o historiador Thomas Laqueur, a naturalização “evidente” do dimorfismo sexual seria bastante recente. Antes do século XVIII, um modelo *unisex* dominaria o pensamento filosófico e médico da Europa. Neste modelo, homens e mulheres seriam “classificados segundo seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital ao longo de um eixo cujo telos é masculino.”⁸ Os órgãos reprodutores participavam de uma mesma natureza: os ovários eram testículos internos; a vagina, um pênis invertido. Um sexo, portanto, mas dois gêneros assimétricos. Com efeito, a constatação de uma indiferenciação sexual na ordem natural não impedia, de forma alguma, a afirmação desta diferença na ordem social.

Este modelo cede o lugar, no fim do século XVIII, a um outro, de dimorfismo biológico radical: no traçado do naturalismo triunfante, homens e mulheres tornam-se entidades biológicas distintas e incomensuráveis. O sexo substitui o gênero para fundar a assimetria entre homens e mulheres.

Laqueur insiste em que as descobertas biológicas não permitem, em si mesmas, explicar o aparecimento do dimorfismo sexual. O sexo e o corpo continuam construções abertas, modelados segundo relações de forças: “No mundo unissex assim como no mundo bissexuado, o sexo é da ordem da situação : não se explica senão no contexto de batalhas em torno do gênero e do poder.”⁹ Os trabalhos deste autor convidam à historização do natural quanto ao corpo e ao sexo.

Évelyne Berriot-Salvadore propõe uma análise similar em seu estudo dos discursos sobre a medicina e as mulheres no Renascimento. Contrariamente à Laqueur, entretanto, remonta ao fim do século XVI a crítica do modelo *unisex* herdado de Aristóteles e de Galiano: nesta época, os pensadores indagavam-se porque Deus teria criado uma criatura tão imperfeita se ela não tivesse alguma utilidade... Este questionamento abriu o caminho ao estudo da especificidade do corpo feminino. A mulher não era mais um homem inadequado: de fato, não possuía mais traços do homem ; ela se torna seu próprio sexo, um útero. Berriot-Salvadore mostra bem este paradoxo: o novo discurso constituía uma ruptura radical em relação às antigas teorias sobre a unicidade dos sexos – e isto era uma modificação impor-

tante – mas o reconhecimento da existência específica das mulheres era imediatamente reinserido em um quadro hierarquizando as relações entre os sexos. As mulheres foram assim reduzidas à sua função reprodutora, à qual associou-se imediatamente um bom número de calamidades.¹⁰

A idéia da historicidade do sexo é perturbadora. Para um bom número de feministas da segunda vaga, o corpo foi de certa forma essencializado e invocado como fundamento não problematizado da identidade sexual: *Our bodies, Ourselves*, escrevia o **Boston Women's Health Collective** (1973) Nesta perspectiva, uma série de trabalhos teorizaram a opressão das mulheres a partir de uma problemática centrada sobre a especificidade do corpo feminino. Sem negar a importância do aporte destas feministas à luta das mulheres – as americanas Robin Morgan ou Shulamith Firestone, por exemplo – é difícil hoje sustentar a idéia da univocidade da relação corpo/identidade sexual. Outras feministas, ao contrário, tenderam a deixar de lado o corpo, sob o pretexto que teria sido invocado, desde o século XVIII, para fundar a subordinação das mulheres. Este movimento exprimiu-se, entre outros, pela passagem do conceito de sexo para o conceito de gênero, que surge na teoria feminista em 1972, com Ann Oakley, para distinguir as diferenças biológicas, associadas aos órgãos genitais e à função procriadora, das diferenças culturais, relativas à classificação social em masculino e feminino.

Nos anos 70, a questão desta distinção sexo/gênero era clara: tratava-se de quebrar o laço entre o sexo biológico e características masculinas ou femininas, de revelar as dimensões sócio-culturais das identidades sexuais, de opor as relações sociais de sexo ou a construção do sexo à idéia de diferença “natural” entre mulheres e homens, enfim, de mostrar que o gênero não era o efeito necessário do sexo. Esta ótica impôs-se sobre o cenário feminista americano nos anos 80, assim como marcou a quase totalidade das pesquisas sobre as mulheres e o desenvolvimento internacional e penetrou nos redutos do feminismo materialista francês.¹¹

Com a adoção desta distinção sexo/gênero, as feministas colocaram-se sobre um terreno ideologicamente minado: retirar as mulheres do suposto estado de natureza, no qual haviam sido inseridas autorizava efetivamente uma visão histórica e sociológica da diferença dos sexos, mas consagrava

A DISSOLUÇÃO DAS FRONTEIRAS DE SEXO

ao mesmo tempo a naturalização do sexo propriamente dito, ou seja, sua não-historicidade.¹² As análises feministas do gênero acabaram por colocar o corpo e a sexualidade do lado do biológico, para “esvaziar o gênero de toda dinâmica desejante”¹³, para transformá-lo em um código arbitrário, útil para analisar certas relações de poder, mas suscetível ao mesmo tempo, de ocultar outras. A construção, sem cessar recomeçada do que constitui o corpo sexuado acabou por escapar à análise, deixando livre campo à idéia da naturalização biológica do sexo e da heterossexualidade.

Uma exceção entretanto, deve ser feita quanto à corrente materialista, desenvolvida por Gayle Rubin, Adrienne Rich, Monique Wittig e Nicole-Claude Mathieu, que questionam a compulsão à heterossexualidade no centro das teorias do sistema sexo/gênero¹⁴. Com estas autoras, a binariedade do sexo aparece como uma categoria construída, como o resultado de um sistema de apropriação de um sistema social de gênero, heteronormativo, a serviço da reprodução, no qual a lesbiana é reduzida a ser a Outra do homem e da heterossexual, uma Outra constituída para ser imediatamente tornada invisível.

Mas apesar da espantosa atualidade destas teses na teorização sobre o sexo, aparecem hoje prisioneiras de uma visão muito modernista do sujeito e da liberação sexual. Wittig sustenta, com efeito, que a lesbiana situa-se além da categoria sexo, escapando assim à apropriação e ao poder, enquanto Rich valoriza a lesbiana feminista, colocada na extremidade de um *continuum lésbico*, fazendo dela assim o sujeito histórico da liberação das mulheres. Rubin, por sua vez, insiste no caráter social de toda atividade humana, incluindo a sexualidade, que concebe como aprisionada no sistema do gênero; visualiza, entretanto, um além do sistema sexo/gênero, um mundo povoado de criaturas andróginas, sem gênero mas não sem sexo, sujeitos autônomos liberados das coerções do sistema de gênero.

Isto coloca um novo problema. Como pensar a sexualidade fora do dispositivo que a constrói, um dispositivo que se funda, na atualidade, sobre a diferença dos sexos? Como pensar esta diferença, ou o gênero, para utilizar o conceito de Rubin, sem teorizar a sexualidade? É aí que precisamente os trabalhos mais recentes de Judith Butler, Elizabeth Grosz e Moira Gatens abrem novas pistas: sem subsumir o sexo no gênero nem dele separá-lo

UNB
ADICIONADO
#1000

radicalmente, sem recorrer à idéia de sujeito autônomo nem à de liberação, estas autoras desconstróem a naturalização do sexo, problematizam o corpo e analisam as produções de subjetividades, que reconduzem e solapam ao mesmo tempo o dispositivo da diferença dos sexos.

Em uma perspectiva que não é estranha à das feministas materialistas, mas aproxima-se de Foucault, Derrida e Lacan e assim procede a uma crítica genealógica e desconstrutivista, Butler interroga os fundamentos da categoria “mulher” e indaga em que configuração de poder encontra-se a origem da construção binária entre os homens e as mulheres, da relação entre o Sujeito e seu Outro e da estabilidade desta relação. O que aconteceria a esta estabilidade se o regime de heteronormatividade fosse considerado o responsável pela produção destas categorias?

Retomando de forma crítica as teses feministas sobre as relações de sexo e gênero, Butler sugere que o gênero produz ele mesmo a categoria *natural* sexo, que aparentemente o funda. Em outros termos, em lugar de considerar o sexo como um dado biológico não teorizável, sobre o qual se inscreveria um elemento cultural, o gênero, dividindo e hierarquizando os humanos em duas categorias distintas, naturais e culturais, Butler sugere que a categoria ontológica sexo é ela própria produzida e naturalizada no gênero, esta matriz de poder falocêntrica e heteronormativa.¹⁵

O conceito de gênero intervém em vários níveis para Butler. Designa, por um lado, o aparelho de produção do sexo e da diferença dos sexos:

(...) Gênero não deve ser concebido meramente como uma inscrição cultural de sentido num sexo pré-existente (concepção jurídica); gênero deve também designar o aparato de produção pelo qual os sexos são eles mesmos estabelecidos. Como resultado, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; o gênero é igualmente um significado discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou o “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra na qual a cultura age.(...)¹⁶

Mas Butler recorre também ao termo “gênero” para designar o efeito deste aparelho de produção, um efeito que qualifica de ‘performativo’ na medida em que é obtido na repetição, na reiteração das normas:

A DISSOLUÇÃO DAS FRONTEIRAS DE SEXO

(...) Gênero é performativo até onde é o efeito do regime regulador da diferença de gênero, no qual os gêneros são divididos e hierarquizados sob coerção. A coerção social, tabus, proibições, punições operam como repetição ritualizada de normas e esta repetição constitui a cena temporal da construção e desestabilização do gênero. Não há sujeito precedente à ação e repetição das normas. Até onde esta repetição cria um efeito de uniformidade de gênero, um efeito estável de masculinidade e feminilidade, produz e desestabiliza a noção de sujeito da mesma forma, pois o sujeito só aparece enquanto inteligível nas matrizes de gênero.[...] Não há subjetividade 'livre' fora destas normas para negociá-las à distancia; ao contrário, o sujeito é retroativamente produzido por estas normas em sua repetição, precisamente como seu efeito. (...) ¹⁷

Em um certo sentido, pela sua concepção de gênero, Butler retoma o conceito de dispositivo da sexualidade como definido por Foucault, mas imprime-lhe uma direção particular para analisar a produção da materialidade, da diferença e da hierarquização dos sexos, assim como sua relação com a heteronormatividade. Mas, em Foucault como em Butler, permanece uma zona de sombra: a dos corpos, dos prazeres. Nesta passagem, tantas vezes criticada, Foucault escreve: "Contra o dispositivo da sexualidade, o ponto de apoio para o contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres." ¹⁸

Qual o estatuto então do corpo e de seus prazeres? Seriam eles em exterioridade em relação aos discursos e práticas do dispositivo da sexualidade? A idéia de uma resistência emanando de corpos subtraídos ao dispositivo é difícil de sustentar, e isto a partir das teses do próprio Foucault. Butler retoma esta idéia na distinção que estabelece entre sexo, gênero e sexualidade a fim de marcar o fato que a sexualidade humana não se deixa conter em categorias de regimes heteronormativos e falocráticos, ainda que esteja sempre em relação com estas categorias. Fazendo isto, não se arriscaria a introduzir por sua vez, a idéia da naturalidade e da ahistoricidade de uma sexualidade polimorfa?

Este problema da teorização dos corpos e de seus prazeres ocupa um lugar central nos escritos de Moira Gatens e Elizabeth Grosz, que os

abordam em relação à diferença entre os sexos. Gatens e Grosz duvidam da pertinência do conceito de gênero: se o sexo não é este substrato a partir do qual se constrói o gênero, se o sexo é também um gênero, como escreveu Butler,¹⁹ qual a utilidade desta distinção? Grosz propõe distinguir entre a sexualidade, que descreve pertencendo ao domínio das pulsões, desejos, prazeres e práticas sexuais, domínio produzido nas matrizes de poder e saber como mostrou Foucault e o sexo, que coloca no domínio da diferença sexual, da morfologia dos corpos.

Como Foucault, Grosz concebe o sexo sendo efetivamente o produto de regimes de sexualidade: o corpo não poderia ser considerado como uma superfície sobre a qual a cultura inscreveria sua marca; o corpo constitui-se nesta inscrição, nestas práticas. Mas afasta-se de Foucault afirmando que o sexo é o terreno da produção da *diferença* sexual. Em vez de recorrer ao conceito de gênero, como o faz Butler, para marcar a separação entre o que um corpo pode fazer e as categorias do regime de sexualidade que o coage, Grosz prefere considerar a instabilidade do sexo em si mesmo, dos corpos neles mesmos, o que permite pensar as brechas possíveis nos regimes de sexualidade sem ter que naturalizar o sexo ou a sexualidade para ressaltar a variabilidade do gênero.²⁰

Sexo, gênero, sexualidade? Este terreno não se cartografa facilmente, como testemunham alguns decênios de teorias feministas. É então que o recurso ao conceito de dispositivo da diferença dos sexos mostra-se fecundo, na medida em que permite observar o que está sendo discutido: autoriza a desconstrução da naturalidade do sexo tomando emprestado a Foucault a idéia do dispositivo da sexualidade e da produção do sexo; com Butler e Grosz, permite pensar que esta produção é instituída a partir da diferença sexual, diferença cuja binariedade se articula com a dominação masculina e a heteronormatividade. Autoriza a pensar a instabilidade dos sexos e dos corpos e a produção de sujeitos que ultrapassam o dispositivo, sem por isso recorrer à idéia de uma sexualidade anterior ao poder ou de um sujeito autônomo; permite mesmo identificar os discursos emergentes, aqueles que se tornaram possíveis pela disseminação da naturalidade do sexo.

Com efeito, esta nebulosa envolvendo as noções de corpo e de prazer, esta insistência de se pensar uma sexualidade polimorfa ou uma

A DISSOLUÇÃO DAS FRONTEIRAS DE SEXO

indecidibilidade dos sexos não são por si mesmos o prenúncio de uma passagem para um novo dispositivo? Para que esta via se abra, seria necessário, entretanto, que o dispositivo da diferença dos sexos seja trabalhado por outras linhas de força, em vários campos de práticas e saberes. E talvez estas linhas estejam se desenhando, em alguns setores, ao menos. Para ilustrar esta idéia, tomarei o exemplo da medicina, muralha tradicional de defesa da ortodoxia em questões de sexo e utilizarei um caso-limite, o dos procedimentos de designação e reconstrução do sexo no caso de ambigüidade sexual, que, paradoxalmente, “fabricam a natureza” para que ela corresponda à cultura. Mas, fato interessante, se os médicos tentam sempre tornar o sexo e o gênero coerentes e estáveis, estão muito longe de atingir seus objetivos. Suas práticas são mesmo evocadas, por seus opositores, como prova suplementar da fragilidade do argumento da naturalidade do sexo.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA DIFERENÇA DOS SEXOS

O que se diz do sexo hoje? O senso comum define-o como uma categoria permitindo classificar os seres humanos em função de seu papel na reprodução. Mas os seres humanos podem efetivamente ser divididos em duas categorias distintas, separadas, segundo este papel? Quem o decide? Quais as possibilidades abertas ou fechadas, hoje, ao pertencimento a um ou outro sexo?

Segundo John Money, um eminente especialista do hospital *Johns Hopkins*, algumas variáveis concorrem a definir o sexo: o sexo genético ou cromossômico, o sexo hormonal e das gônadas, o sexo morfológico interno e externo, o sexo hipotalâmico, o sexo designado e o sexo de referência na educação, o gênero e os papéis sexuais e o sexo procriador.²¹ De acordo com uma teoria que dominou durante muitos anos, a determinação do sexo interviria após um certo número de semanas da vida do embrião (6 ou 7 semanas) sob o efeito dos hormônios pré-natais²².

Outras pesquisas indicaram que a diferenciação poderia intervir antes da entrada em ação dos hormônios. De fato, o debate está ainda aberto quanto ao signo ou signos que permitiriam às gônadas embrionárias o desen-

volvimento em ovários ou testículos²³. Com efeito, foi demonstrado que a presença do cromossomo Y podia ser observada em pessoas dotadas de órgãos sexuais femininos. E ainda, muitos casos de anomalias genéticas foram observados – tais como XXX,XXY,XYY, etc – acompanhados ou não de anomalias de órgãos. Mulher ou homem? O sexo é genético ou morfológico? Seria ele dicotômico? Parece que a diferença dos sexos resiste a toda tentativa de delimitar uma definição.

Curiosamente, esta constatação da complexidade dos processos de diferença sexual não leva necessariamente a uma revisão da questão do binário “natural” do sexo por parte dos cientistas. A existência de indivíduos de sexo ambíguo (micro-pênis, clitóris superdesenvolvido, órgãos duplos, órgãos internos e externos diferentes, etc) suscita uma ansiedade profunda e dá espaço para procedimentos muito sofisticados de fabricação e de normalização dos corpos.²⁴

Os pioneiros nesta matéria encontravam-se no hospital Johns Hopkins de Baltimore. Desde os anos 20 os médicos e psicólogos deste hospital traçaram para si próprios uma missão: tratar as crianças nascidas com ambigüidades genitais dotando-as, através de cirurgia e de psicoterapia, de um sexo e um gênero coerentes. Com efeito, os registros de nascimento não prevêm ambigüidade sexual. Vir ao mundo é ter seu sexo designado, um apenas, e não ambíguo. E o cidadão, mesmo adulto, não pode dispor de seu sexo. No início, os médicos e psicólogos de Johns Hopkins designavam e construíam sexos a partir de dois postulados: o da neutralidade psicossocial do recém-nascido – um construtivismo radical em matéria de gênero – e o de papel determinante da aparência dos órgãos genitais na construção do gênero²⁵. Money, que era e permanece sendo o mestre neste campo, mantém a posição que é possível determinar um gênero e construir um sexo que lhe corresponda, contanto que a operação seja feita rapidamente, antes que a criança alcance 18 meses.

O diagnóstico constitui a primeira etapa do processo pelo qual um médico designa o sexo da criança nascida com órgãos ambíguos. Para isto, o médico realiza uma série de testes (cromossomos, hormônios, morfologia dos órgãos internos e externos, etc). Após, declara: *é um menino*, ou *é uma menina!* Enfim, o “verdadeiro” sexo desde o início; sua tarefa era apenas

descobri-lo. Começa então a longa série de intervenções cirúrgicas e de tratamentos hormonais e psicológicos destinados a consolidar e a estabilizar o sexo e o gênero da criança.

O mais interessante, porém, são os critérios utilizados para estabelecer a verdade do sexo. John Money não poderia ser mais claro:

(...) nunca designar um bebê para ser encaminhado à terapia cirúrgica e hormonal, como um menino, se a estrutura fálica [...], não for de nascença do mesmo calibre médio dos machos de mesma idade, dotados de pequenos penis.(...) ²⁶

Em todas as outras situações, julgava-se preferível realizar a ablação do clitóris hipertrofiado ou do pênis atrofiado, fabricando uma vagina e educando a criança como uma menina. A ciência pode assim dispor de instrumentos muito aperfeiçoados para estudar os mecanismos de determinação do sexo; ao final, a verdade do sexo reside na aparência do pênis e em seu potencial orgásmico, um critério eminentemente cultural.

Os esforços médicos destinados a criar e a estabilizar o sexo tiveram sérios efeitos sobre as pessoas que sofreram cirurgias de construção e reconstrução, tratamentos hormonais e psicológicos. Sem duvidar da boa fé dos médicos e da família, convencidos da impossibilidade de viver fora das normas da sexualidade, os grupos de defesa das pessoas submetidas a estes tratamentos sustentam que se tratava – e se trata ainda – de verdadeiras clitoridectomias: a construção de um sexo feminino a partir de uma lógica reprodutiva heteronormativa, que exclui o prazer sexual das mulheres.²⁷

Seja qual for o ponto de vista científico de partida – a fé em um determinismo biológico ou ao contrário, em um construtivismo psicológico – o projeto é adaptar corpos ambíguos e formar uma unidade heterossexual coerente, conforme aos estereótipos de um modelo de dismorfismo sexual, caracterizado pela hierarquização dos sexos e pela heterossexualidade reprodutiva.²⁸ Isto é, no sentido mais concreto possível, a ação do dispositivo, ou seja, da *produção* da diferença dos sexos. Mas esta produção aparece agora como ela realmente é – uma produção – e seu edifício menos sólido, já que seus *produtos* começaram a ter voz. Por outro lado, médicos que

ouviram estas objeções e examinaram suas práticas, uniram suas vozes à crítica e lançaram o debate no próprio seio da profissão.

AS NOVAS VISIBILIDADES DO SEXO

As intervenções médicas em crianças de sexo ambíguo já fazem parte de uma história antiga. O novo é que disto agora se fala. E sobretudo, que *elas e eles* falam: intersexuais, transgêneros, travestis e transexuais povoam nossas telas, desfilam na imprensa popular e se mobilizam politicamente ao lado de figuras familiares de *gays*, lesbianas e bissexuais dos dois sexos. Elas e eles participam atualmente à produção do sexo. Diante da proliferação destes sujeitos que misturam os contornos tradicionais da categoria sexo, estamos assistindo à mudança do dispositivo? A produção da multiplicidade sexual? À uma espécie de vir-a-ser *queer* da cultura?

Os exemplos são numerosos. Há uma dezena de anos que as publicações *queer* invadiram os meios universitários anglo-saxões dos países industrializados e o nome de Judith Butler ressoa em todos os colóquios. Assim, a revista *Differences* publicou dois números sobre o assunto em 1991 e 1994; *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies* dedicou também um número às teorias *queer* em 1993; uma publicação especializada, *Critical In Queeries*, foi criada na Austrália em 1995; revistas como *Sociological Theory*, *Socialist Review*, *Social Text* consagraram também números inteiros às correntes *queer*²⁹. As antologias e as obras teóricas não se contam mais, rapidamente seguidas da produção transgênero. Assim, em fevereiro de 1998, um grande quotidiano de Toronto, o *Globe and Mail*, publicava um artigo sobre o tema do *Gender Bending*. Tratava-se, neste texto, não somente da popularidade crescente dos estudos transgênero nas universidades norte-americanas, mas das implicações mais amplas da presença do/a professor/a transexual, transgêneros ou travestis nestas instituições.³⁰

Em Harvard, um grupo de trabalho propôs colocar identidade de gênero na lista das identidades cobertas pelas leis contra a discriminação, a fim de proteger os direitos das pessoas transexuais e travestis. A Universidade de Iowa já criou uma tal política. Pode-se imaginar as implicações,

jurídicas principalmente, destas decisões: estaríamos prestes a ver o direito à identidade de gênero na lista dos direitos humanos? “A indisponibilidade de estado civil”, prerrogativa apenas do Estado, estaria sendo questionada? Se este é o caso, se o sexo não fosse mais construído legalmente em função da divisão heterossexual do trabalho de reprodução, um dos fundamentos jurídicos do regime de sexualidade tombaria em pedaços, abrindo caminho para novas normas sexuais.

Novas visibilidades também no campo das publicações e colóquios: *GLQ: a Journal of Lesbian and Gay Studies* publicou um número consagrado à emergência de estudos e de movimentos transgêneros. Uma revista especializada acabou de ser criada, *The International Journal of Transgenderism*. Mas mais importante ainda pode ser a mobilização política das minorias sexuais. O exemplo de *Intersex Society of North America* (ISNA) ilustra bem este ponto. Criado em 1993, o ISNA é um organismo voltado à defesa dos interesses das pessoas intersexuais, vítimas de mutilações perpetradas pelo que consideram como o *establishment* médico a serviço do regime binário e heteronormativo da sexualidade³¹. O ISNA põe em contacto pessoas intersexuadas de vários continentes, documenta as práticas a que foram, submetidas, organiza estágios de cura e mesmo aceitando a designação de um gênero por ocasião do nascimento, exerce pressões sobre as autoridades médicas para impedir intervenções cuja finalidade seja normalizar os corpos. Os grupos multiplicaram-se nos Estados Unidos e formaram alianças com diversos outros grupos, cujo campo de ação vai da defesa do transexualismo à promoção da diversidade sexual em geral. Grupos similares apareceram na Inglaterra, na Alemanha, no Japão e médicos e psiquiatras começaram a apoiá-los³².

Como ler esta produção de visibilidades? Inspirando-me em Judith Butler, diria que esta produção é da ordem do “performativo”, isto é, que consiste em produzir o real na expansão e na repetição das palavras, das normas, das categorias, articuladas à práticas e instituições sociais que lhes conferem esta produtividade. Assim dizer “É um menino!” ou “Vocês são agora marido e mulher” é colocar no mundo um sujeito sexuado, é instituir o casal. “Faz-se fazendo” escrevia Gilles Deleuze e ainda mais porque as práticas e instituições atualizam as palavras, inserindo-as em relações de poder.

Mas qual é o status do sujeito constituído a partir de categorias *déjà là*, presentes ao seu nascimento? O fato é que há uma tendência a se ultrapassar os dispositivos que as induzem: na repetição e na afirmação das normas, escorregadelas se produzem, falhas se manifestam, o sujeito é sexualmente incoerente, instável. Repete as normas, mas repete mal, até o ponto onde estas normas se voltam contra o dispositivo que deveriam reproduzir. Butler cita o caso da injunção homófoba: “É um *queer!*”, que à força de ser repetida, acaba por expor à luz uma matriz de poder heteronormativa.³³

Neste sentido, anunciar o travestismo, o transexualismo ou a intersexualidade fora do domínio médico ou psicológico, ou do circuito dos bares – onde funcionam como exclusão, marcando as fronteiras do normal e do patológico no dispositivo da diferença de sexos – e expô-los nas universidades e na mídia poderia aparentar-se a um processo performativo, tal como Butler descreve em *Gender Trouble*. Repetindo as normas, os sujeitos vivenciam a feminilidade e a masculinidade, mas sua maneira de fazê-lo revela que estas identidades são simulacros. Os sujeitos dizem a incoerência, a instabilidade, a indecidibilidade do sexo. Evidentemente, porém, os atos performativos podem ser normalizados, reinvestidos no dispositivo.

O caso do transexualismo é muitas vezes evocado neste sentido: proceder a uma intervenção cirúrgica para criar uma coerência entre a morfologia dos órgãos e o que se compreende por verdadeiro sexo, o sexo “interior”, pode parecer o cúmulo do reforço ao dispositivo da binariedade sexual. Algumas autoras, Janice Raymond e Patricia Mercader, entre outras, vêem o transexualismo primeiramente como um arranjo médico, que se caracteriza em seguida pelo descaso diante dos problemas reais vividos pelas pessoas nas contradições de sua identidade sexual; estas autoras propõem um olhar psicológico e psicanalítico à questão. Esta atitude é fortemente criticada, julgada moralizante e patologizante pelas pessoas transexuais que reivindicam o status de sujeitos, capazes de autorepresentação e de escolha³⁴.

Seria arriscado situar a emergência das minorias sexuais exclusivamente em uma ou outra destas categorias: a do reforço do dispositivo ou de sua desestabilização. “E por toda parte, misturas a desfazer: as produções de subjetividade escapam aos poderes e saberes de um dispositivo para se reinvestir nos de um outro, sob outras formas a nascer.”³⁵ Foucault dizia o mesmo:

(...) Aos discursos sobre o sexo, não há a se perguntar, antes de mais nada, de que teoria implícita derivam ou que partilhas morais reconduzem, ou qual ideologia – dominante ou dominada – representam; mas é preciso interrogar os dois níveis de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber asseguram) e de sua integração estratégica (que conjuntura e que relação de força torna sua utilização necessária em tal ou tal episódio dos afrontamentos diversos que se produzem...)³⁶

Pode-se supor, assim, que a quebra do dispositivo é possível, pois sua superfície pode ser trabalhada em diversos níveis. Na trilha de Donna Haraway, eu argumentaria que os desenvolvimentos havidos no domínio da ciência e da tecnologia, nas últimas décadas, favorecem uma transgressão dos paradigmas da modernidade, que fundam nossos conceitos da diferença dos sexos: quebram o que ainda subsiste, depois de tantos anos de feminismo e de transformações familiares no Ocidente, da rigidez da dicotomia natureza/cultura e homem/mulher, abrindo assim as portas à uma multiplicidade de identidades sexuais e à uma mutação do dispositivo da diferença dos sexos.

O SEXO NA ERA DO ONCOMOUSE™ E DOS CYBORGS

Segundo a bióloga e historiadora das ciências, Donna Haraway, vivemos atualmente no mundo da tecnociência, um mundo onde as pessoas, os outros organismos e as máquinas podem ser colocados em interface.³⁷ Um mundo povoado de cyborgs, estas criaturas constituídas em um espaço onde as distinções entre humano, animal e máquina se apagam. A figura emblemática deste mundo é, para Haraway, OncoMouse™, um camundongo transgênico, isto é, alterado pela inserção de um gene cancerígeno, uma criatura registrada, fabricada e vendida por DuPont.

Foucault já analisou a existência, na modernidade, de um biopoder, ou seja, de um conjunto de discursos e práticas girando em torno da administração dos corpos e da gestão calculada da vida permitindo, segundo ele, a inserção dos corpos no aparelho de produção e o ajuste dos fenômenos de

população às necessidades do capitalismo nascente. O dispositivo da sexualidade estaria no centro deste biopoder.³⁸ Tendo em vista o desenvolvimento dos últimos vinte anos no domínio da biotecnologia e das tecnologias de comunicação, parece-nos que o biopoder cedeu lugar ao tecnobiopoder, resultado de uma verdadeira implosão da ciência, da técnica, da economia, da política, do textual e do onírico, visível nas práticas e entidades que marcam este fim de século.³⁹ Tomarei o exemplo das biotecnologias, verdadeiro caso-limite, para ilustrar estas transformações e iluminar estas questões do ponto de vista de uma reflexão sobre a diferença dos sexos.⁴⁰

As biotecnologias, que dizem respeito a um conjunto de disciplinas científicas e técnicas, tem por objeto o conhecimento, a exploração, a fabricação e a reprodução dos organismos vivos. A manipulação dos genes ocupa um lugar central nesta indústria, que se inicia no fim dos anos 70 e conhece, a partir desta época, um desenvolvimento extraordinário, encorajado principalmente pela Corte suprema dos Estados Unidos em 1980, sancionando o registro – e logo, o controle exclusivo da venda – dos organismos geneticamente modificados.⁴¹ As biotecnologias encontram aplicações na saúde, na agricultura e na indústria. Os organismos transgênicos são particularmente apreciados. Assim, OncoMouseTM, o primeiro camundongo registrado, é utilizado na pesquisa sobre o câncer. Uma firma holandesa fabrica, por outro lado, uma vaca transgênica produzindo um leite humanizado, benéfico para os recém-nascidos. As fronteiras separando o animal do humano se misturam cada vez mais com a aparição dos “xenoimplantes”, ou seja, o transplante de órgãos animais nos humanos, com fins médicos.

Em toda parte, assim, nos Estados Unidos, no Canadá, no Japão, na Suíça, na Alemanha e na França, os laboratórios surgem graças à mobilização de capitais importantes e à uma colaboração estreita entre o Estado, as transnacionais e as universidades. Em escala mundial, os Estados Unidos dominam a indústria das biotecnologias com mais de 1000 empresas realizando um lucro anual da ordem de 20 bilhões de dólares. Segundo diversas fontes, citadas por Haraway, mais de 50% dos fundos consagrados à R&D nos Estados Unidos são agora canalizados para as biotecnologias⁴² Segundo o “Rural Advancement Foundation International”, uma organização canadense de vigilância quanto ao uso das biotecnologias, as companhias

farmacêuticas teriam injetado cerca de 6 bilhões de dólares nesta indústria em nível internacional desde 1990.⁴³ O Canadá, mesmo com atraso, entrou na corrida: de 1994 a 1997, o número de empresas de biotecnologias dobrou, passando de 120 a 224.

Estas pesquisas e estas práticas, atestadas por milhares de artigos científicos, colocam em interface humanos, máquinas e animais. Elas misturam, mais do que nunca, a fronteira erigida na modernidade entre natureza e cultura, entre sujeito e objeto. Haraway indica aqui uma mutação na grande narrativa da modernidade, de uma mudança de paradigma, cujas implicações ainda não percebemos. David Roy, diretor do Centro de Bioética do Instituto de Pesquisas Clínicas de Montréal – IRCM- faz eco à esta transformação de paradigma, quando escreve:

(...) as tecnologias biomédicas iriam modificar os próprios componentes do organismo humano, dos genes ao cérebro e não simplesmente os objetos exteriores ao ser humano. O alcance da biomedicina se mostra muito vasto, pois engloba a natureza humana ela mesma [...] a natureza humana não sendo mais considerada como o princípio governante da ação de todos os humanos, torna-se a partir de agora, uma questão não resolvida, um “projeto em andamento” (...).⁴⁴

A perspectiva de renunciar à idéia de natureza humana assusta. Mas quando refletimos sobre o lugar ocupado pela diferença dos sexos na concepção moderna desta natureza humana, a idéia de abordá-la como uma questão não resolvida parece cheia de possibilidades. Com efeito, se somos autorizadas/os a pensar a maleabilidade do sujeito, sua mutação na interface entre o humano, o animal e a máquina, porque continuaríamos a pensá-lo nas categorias de dimorfismo sexual, fundado na idéia de uma natureza imutável? Parece-me que as questões filosóficas e éticas colocadas pelos biotecnologistas abrem o caminho à uma revisão das categorias reconhecidas da sexualidade humana, reforçando assim as práticas dos indivíduos e dos grupos que já tem este projeto em nível ético, cultural e político.

Mas esta mutação articula-se à interesses financeiros importantes e vem criar práticas discutíveis que criam resistências e uma certa volta a posições humanistas e naturalistas. Não há dúvida que as biotecnologias dão espaço à

práticas opressivas e que sua utilização pode escapar completamente do controle democrático. As pesquisas sobre as novas tecnologias de reprodução ou sobre o tráfico de órgãos assinalam estes perigos. Por outro lado, colocar em questão o dismorfismo sexual, quer seja no discurso da ciência, nas manifestações culturais ou nas possibilidades abertas pelo desenvolvimento do tecnobiopoder provoca uma ansiedade legítima nas fileiras feministas. A abertura de categorias sexuais anuncia o retorno em força de uma masculinidade genérica?⁴⁵ Ressoa como o fim da luta das mulheres? Em meu entender, nada ainda é decisivo, nada é jamais totalmente decisivo.

CARTOGRAFAR O PRESENTE E ACOLHER O ACONTECIMENTO

Formulando a hipótese da mudança do dispositivo da diferença dos sexos, tive a intenção de iluminar novos objetos e novos sujeitos: “Não prever, mas estar atento ao desconhecido que bate à porta”.⁴⁶ Para simbolizar o potencial do sujeito constituído além das fronteiras binárias tradicionais, Haraway recorre à imagem do cyborg: OncoMouseTM não está só, nós somos também, cyborgs, ao mesmo tempo organismo e máquina, criaturas em mutação. É esta agora nossa ontologia. Se é necessário resistir aos que gostariam que as mulheres desapareçam em nome da indecidabilidade do sexo, se é legítimo e urgente defender os interesses dos grupos ameaçados pelos predadores biotecnológicos, é também igualmente importante ver os limites das lutas travadas em nome da integridade da natureza ou da estabilidade da categoria mulher, em uma lógica de representação. Com efeito, as categorias identitárias são não apenas aquilo pelo que existimos e lutamos; são também aquilo que nos subordina e através do que subordinamos. É a idéia que quis expressar no conceito de dispositivo da diferença de sexos.

Afirmar que o corpo é uma entidade aberta e redefinível, que o sexo é um objeto histórico, pensado e produzido nos dispositivos de saber/poder, que a diferença dos sexos poderia ela própria ser repensada, não implica de forma alguma que esta diferença de sexos seja sem efeito e sem conseqüência sobre os sujeitos sexuados que produz. Abrir-se às novas visibilidades sexuais ou estar atenta às questões das biotecnologias permi-

te desnaturalizar a diferença dos sexos, mas não retira nada à legitimidade da afirmação política das mulheres. Isto exige entretanto, a afirmação da diferença sexual como uma multiplicidade, fora de toda paranóia identitária. Seguindo Haraway, diria que devemos buscar nossos prazeres e mobilizar nossas energias não unicamente na proteção de fronteiras que nos definem, não apenas na defesa de nossa humanidade contra as máquinas, não na única reafirmação da binaridade do sexo, mas igualmente na reconfiguração, na multiplicidade, na dispersão destas categorias.

Significa a liberdade desenhando-se no horizonte desta multiplicidade, desta dispersão? Podemos disto duvidar. Trata-se talvez do fim da passagem de uma sociedade disciplinar a uma sociedade de controle, sugerida por Deleuze: as identidades quebram-se, os muros das instituições fendem-se, os corpos são penetrados pela tecnociência e se mobilizam por si mesmos; enfim, à disciplina exercida sobre um sujeito bem definido e organizado justapõe-se o controle leve e invisível dos indivíduos cujas identidades são fragmentadas. O capitalismo inteiro explode em redes flexíveis – torna-se foucaultiano, como diziam ironicamente Luc Boltanski e Ève Chiapello no *Le nouvel esprit du capitalisme* – e pouco se importa com a estabilidade de um território, de uma família, de uma organização hierárquica. Devemos então, concluir, ao contrário, que a fragmentação das identidades não é senão uma nova artimanha do poder? A resposta não está evidentemente em uma tal antinomia. Não “ou” mas “e, e”, dizia Deleuze.

É verdade que a dinâmica do poder é tal que sem cessar as linhas se estratificam, se endurecem e instauram uma nova normatividade, fonte de novas formas de controle. O caso do casamento *gay* é interessante nesta perspectiva: tirar do casal e da família seu fundamento heterossexista dissolve o dispositivo da diferença dos sexos e alimenta o campo dos direitos, mas se este ganho político leva à uma marginalização maior as práticas sexuais *gays* minoritárias, cria ao mesmo tempo novas formas de dominação.⁴⁷

E se a ameaça de uma tal reterritorialização pesa ainda sobre as lutas, a emergência de linhas de fuga é também inexorável. Tomá-las supõe praticar uma política que não se limita a dizer não à dominação em nome de identidades bem definidas, ou traçar horizontes confiáveis, já conhecidos e um pouco ultrapassados; seria uma política disposta também aos riscos, à liber-

dade, à mobilidade, à reversibilidade dos jogos de poder, à acolher o acontecimento suscetível de abrir o espaço cultural, social e político, sem exigir o conhecimento antecipado do que nos espera. É então que pode se produzir uma mutação, uma metamorfose.

É sobre estas linhas de fuga que se inventam as novas armas colocando-as face aos poderosos armamentos do Estado e “pode ser que eu fuja, mas em todo meu caminho de fuga, eu procuro uma arma”.⁴⁸

NOTAS

¹ Michel Foucault. *Histoire de la sexualité, I La volonté de savoir*. Paris, Gallimard, 1976, p. 139.

² Gilles Deleuze. «Qu'est-ce qu'un dispositif?» *Michel Foucault philosophe*. Paris: Des Travaux/Seuil, 1989, pp. 185-195.

³ Linda Nicholson. *The Second Wave. A Reader in Feminist Theory*. London & New York .Ed.: Routledge, 1997, p. 52.

⁴ Gilles Deleuze. *Op. cit.*, p. 191.

⁵ *Idem*, p. 187.

⁶ Judith Butler. *The Psychic Life of Power. Theories in Subjection*. Stanford (California): Stanford University Press, 1997, p. 21.

⁷ Gilles Deleuze, *op.cit.*, p.190.

⁸ Thomas Laqueur. *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992, p. 19.

⁹ *Idem*, p. 26.

¹⁰ Évelyne Berriot-Salvadore. *Un corps, un destin. La femme dans la médecine de la Renaissance*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 1993, pp. 43-44.

da bissexualidade dos deuses caminhava pari passu com a eliminação dos bebês de sexo ambíguo. J.-B Pontalis. “L'insaisissable entre-deux.” *Bisexualité et différence des sexes*. Paris: Gallimard, 1973, 15-29, p. 20.

A DISSOLUÇÃO DAS FRONTEIRAS DE SEXO

¹¹ Fazer um balanço exaustivo do uso ao conceito de gênero na análise feminista ultrapassaria de muito as possibilidades deste texto. Pode-se ler a este respeito Rubin (1975), Rich (1980), Wittig (1980), Scott (1986), de Lauretis (1987), Young (1988), Mathieu (1989), Butler (1990), Sedgwick (1990), Delphy (1991), Moser (1991), Haraway (1991), Hurtig et al (1991), Grosz (1994), Gatens (1996) et Hawkesworthy (1997).

¹² Moira Gatens discute longamente esta questão em «A critique of the sex/gender distinction», *Imaginary Bodies. Ethics, Power and Corporeality*, Ch. 1, New York et Londres, Routledge, 1996, pp. 3-20.

¹³ Patricia Mercader. *L'illusion transsexuelle*. Paris: L'Harmattan, 1994, p. 84.

¹⁴ Ver em: Donna Haraway. *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991, p. 137.

¹⁵ Judith Butler. *Gender Trouble*. London & New York: Routledge, 1990, p. VIII.

¹⁶ *Idem*, p. 7.

¹⁷ Judith Butler. «Critically Queer.» *Playing with Fire: Queer Politics, Queer Theories*. Ed. Shane Phelan. London & New York: Routledge, 1997, pp. 11-29, p. 16/17.

¹⁸ Michel Foucault. *Op.cit.*, p. 208.

¹⁹ Judith Butler. *Gender Trouble. Op. cit.*, p. 7.

²⁰ Elizabeth Grosz. "Experimental Desire: Rethinking Queer Subjectivity." *Supposing The Subject*. Ed. Joan Copjec. London & New York: Verso, 1994, pp. 133-157, p. 31.

²¹ John Money. *Sex Errors of the Body and Related Syndromes*. Baltimore: Paul H. Books Publishing, 1994, p. 4.

²² Marianne Van Den Wijngaard. *Reinventing The Sexes. The Biomedical Construction of Femininity and Masculinity*. Bloomington: Indiana University Press, 1997, p. 29.

²³ Évelyne Peyre, Joëlle Wiels, and Michèle Fonton. "Sexe biologique et sexe social." *Sexe et genre. De la hiérarchie entre les sexes*. Eds. Marie-Claude Hurtig, Michèle Kail, Hélène Rouch. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1991, pp. 27-50, p. 29.

²⁴ Este não é um fenômeno novo. Na Grécia antiga a veneração da androginia ou da

bissexualidade dos deuses caminhava passo a passo com a eliminação dos bebês de sexo ambíguo. J. B Pontalis. «L'insaisissable entre-deux.» *Bisexualité et différence des sexes*. Paris: Galimard, 1973, 15-29, p. 20.

²⁵ Money e Ehrhardt apresentaram nuances em sua posição desde 1972 e sustentaram que alguns hormônios pré-natais poderiam ter um efeito sobre a identidade do gênero. Suas pesquisas referiam-se a meninas nascidas com os cromossomos XX e com órgãos internos femininos e um pênis. Operadas e criadas como meninas, estas crianças manifestaram comportamentos de 'tomboys' segundo os termos de Money: QI elevado, atividades intensas, desejos lésbicos e bissexuais. Money recomendou mais tarde que estas crianças fossem criadas como meninos. A verdade do sexo está portanto no pênis.

²⁶ Money. *Op. cit.*; Suzanne J. Kessler, "The Medical Construction of Gender : Case Management of Intersexed Infants." *Theorizing Feminism: Parallel Trends in the Humanities and Social Sciences*. Eds. Anne C. Herrman and Abigail J. Stewart. Boulder, San Francisco and Oxford: Westview Press, 1994. 218-237, pag 224 Suzanne Kessler nota que o psicólogo Robert Stoller, especialista em identidade do gênero, não partilha este ponto de vista sobre a importância social e psicológica da aparência do pênis. Por outro lado, Milton Diamond, outro especialista, retoma a tese de Money e faz da aparência do pênis um critério central de decisão, como a vasta maioria dos especialistas, segundo Kessler. Ver Diamond, Milton, H. Keith Sigmundson. "Sex Reassignment at Birth: A Long Term Review and Clinical Implications." *Archives of Pediatric and Adolescent Medicine* March, 1997: 298-304, p. 1.

²⁷ Cheryl Chase. "Hermaphrodite with Attitude. Mapping the Emergence of Intersex Political Activism." *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies* 4. 2 - 189-21, 1998, p. 204 -205.

²⁸ Marianne Van Den Wijngaard. *Op.cit.*, p. 95.

²⁹ Ann Jagose. *Queer Theory. An Introduction*. New York: New York University Press, 1996, p. 2.

³⁰ Robin Wilson. (1998). "Gender bending. To sir — uh, madam — with love." *The Globe and Mail*, 21 February: D9.

³¹ A maior parte das intervenções cirúrgicas em crianças interseuxadas consiste em proceder à ablação dos órgãos externos e à construção de uma vagina, em uma lógica que exclui o prazer das mulheres .

³² Cheryl Chase, *op. cit.* p. 200. Em 1999 um grupo de trabalho I (North American Task Force on Intersex – NATFI) foi formado a fim de rever o estabelecimento de

normas, fazer um balanço psicosssexual dos pacientes tratados e estabelecer diretivas para os nascimentos. Este grupo reuniu cerca de trinta médicos, dos Estados Unidos essencialmente, assim como representantes dos grupos de defesa, entre os quais ISNA. Um médico do Hôpital Sainte-Justine de Montréal dele fazia parte igualmente.

³³ Judith Butler, *Critically Queer. Op. cit.*, p. 17.

³⁴ Em seu livro bem documentado sobre a questão do transexualismo,, *Sex Changes. The Politics of Transgenderism*, a terapeuta e militante Pat Califia partilha a crítica feita por Riddell das posições de Janice Raymond. Crê, entretanto, que o recurso às operações de mudança de sexo estaria em declínio nos próximos anos. Neste meio tempo, é certo que estas operações representam uma indústria florescente.. Em abril de 2000, o programa de televisão *Enjeux* da rede francesa de Radio-Canadá veiculou uma reportagem sobre uma clínica especializada situada nos arredores de Montréal. Os pacientes, vindos do Canadá e dos Estados Unidos, tinham pago muitos milhares de dólares por esta operação. O que não impede em nada, aliás, que os médicos interroguem suas práticas. Este é o caso, por exemplo de um grupo de médicos de Vancouver no Canadá, que, à luz de novos debates, reavaliam suas práticas sobre o transexualismo.

³⁵ Gilles Deleuze. *Op. cit.*, p. 188.

³⁶ Michel Foucault. *Op.cit.*, p.1 35.

³⁷ Donna Haraway. *Modest_Witness@Second_Millennium FemaleMan®_MeetsOncoMouse™. Feminism and Technoscience*. London & New York: Routledge, 1997, p. 52.

³⁸ Michel Foucault. *Op.cit.*, p. 184-185.

³⁹ Donna Haraway. *Op.cit.*, p. 12.

⁴⁰ Para mais informações, ver Jeremy Rifkin. (1999). *The Biotech Century*. New York: Tarcher/Putnam. Os dados apresentados aqui provêm principalmente de dois grandes dossiers de Québec Science, *Les biotechnologies* e *La génétique: de Mendel au clonage*, que pode ser consultado no site internet du magazine à <http://www.cybersciences.com/cyber>. Consultei igualmente o dossier sobre a genética publicado no número de maio-junho 1998 de *Mother Jones*, bem como o número 38 de *Manières de voir (Le Monde diplomatique)* dedicado à tecnociência..

⁴¹ Jeremy Rifkin. *The Biotech Century*. New York: Tarcher/Putnam, 1997, p. 42.

⁴² Donna Haraway. *Op. cit.*, p. 93.

⁴³ Hope Shand. "An owner's guide. Pharmaceutical companies are mining your DNA for scientific gold." *Mother Jones* (May-June): 46, 1998, p. 51.

⁴⁴ David Roy. "Réflexion sur les enjeux à venir." *La génétique: de Mendel au clonage, Les grands dossiers de Québec Science*, November 25, 1997, p. 1.

⁴⁵ Jagose, *op. cit.* p. 3; Louise Turcotte. "Queer Theory: Transgression and/or Regression." *Canadian Women's Studies* 16. 2 - pp. 118-121, 1996, p. 120.

⁴⁶ Gilles Deleuze. *Op.cit.*, p. 191.

⁴⁷ Ver a este respeito a argumentação convincente de Michael Warner, Michael. *The Trouble with Normal. Sex, Politics, and the Ethics of Queer Life*. New York: The Free Press, 1999.

⁴⁸ Gilles Deleuze & Félix Guattari. *Mille plateaux*. Paris: Éditions de Minuit, 1980, p. 250.

RESUMO

Este artigo é uma tentativa de interpretação das práticas e dos debates atuais sobre a definição da identidade sexual e da diferença entre os sexos. Após constatar a emergência notável das minorias sexuais na cultura popular na América do Norte, a autora interroga-se sobre a natureza das transformações atuais. Estaríamos em presença de um deslocamento das normas em prol de algumas minorias? Ou seria este um questionamento fundamental do princípio de binariedade e de complementariedade natural dos sexos, este credo da modernidade? A autora argumenta que a dissolução das fronteiras do sexo, que caracteriza os meios culturais populares e eruditos tem ressonância com os debates e práticas que animam outros setores, como a medicina e a tecnociência entre outros, e que uns e outros se reforçam abrindo assim o caminho à novas configurações da sexualidade. Além da binariedade do sexo, as lutas começam a se desenhar.

PALAVRAS-CHAVE: binariedade sexual, dispositivo da sexualidade, heteronormatividade, *queer*, tecnociência, transgênero, identidade sexual, feminismo.

RÉSUMÉ

L'article est un essai d'interprétation des pratiques et des débats actuels entourant la définition de l'identité sexuelle et de la différence entre les sexes. Après avoir fait le constat de l'émergence remarquable des minorités sexuelles dans la culture populaire en Amérique du Nord, l'auteure s'interroge sur la nature des transformations en cours. Sommes-nous en présence d'un déplacement des normes au profit de quelques minorités? Ou sommes-nous en présence d'une remise en question fondamentale du principe de la binarité et de la complémentarité naturelle des sexes, ce credo de la modernité? L'auteure soutient que le brouillage des frontières du sexe qui caractérise les milieux culturels populaires et savants entre en résonance avec des débats et des pratiques qui animent d'autres milieux, ceux de la médecine et de la technoscience entre autres, et que les uns et les autres se renforcent, ouvrant ainsi la voie à de nouvelles configurations de la sexualité. Au-delà de la binarité du sexe, les luttes se dessinent déjà.

MOTS-CLÉS: Binarité sexuelle, dispositif de sexualité, féminisme, hétéronormativité, *queer*, technoscience, transgenre, transsexualisme.